

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS	21
CONSIDERAÇÕES INICIAIS	23
1.1. Introdução ao tema	23
1.2. A relevância do tema.....	29
1.3. Atualidade da questão.....	35
1.4. Delimitação e objetivos.....	36
Capítulo 1	
O SISTEMA BRASILEIRO DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO	43
2.1. Ponto de partida	45
1.2. Estrutura.....	49
1.2.1. Processo Administrativo Fiscal no âmbito federal.....	50
1.2.1.1. Premissas	51
1.2.1.2. Etapas.....	55
1.2.1.3. Principais defeitos e suas consequências.....	58
1.2.2. Processo Judicial Tributário.....	69
1.2.2.1. Premissas	71
1.2.2.2. A discussão do mérito do crédito tributário na esfera judicial	74
1.2.2.3. A execução do crédito tributário.....	78
1.3. A natureza do sistema brasileiro de contencioso tributário	84
1.4. Crítica ao sistema brasileiro de contencioso tributário.....	89
1.4.1. Existe sistema?.....	89
1.4.2. As desarmonias do sistema e as violações recorrentes à paridade de armas	92
1.4.3. Apartheid fiscal	94

Capítulo 2

ALGUMAS NOÇÕES SOBRE PROVA E SEU CONTEXTO 99

- 1.1. A questão da tutela do direito material no processo civil e o direito processual constitucional..... 99
- 1.2. Direito probatório e seus conceitos e institutos..... 101
 - 1.2.1. O conceito instrumental de prova 102
 - 1.2.2. Modelos de valoração da prova..... 103
 - 1.2.3. Objeto de prova 105
 - 1.2.3.1. Prova de fatos negativos 106
 - 1.2.3.2. Fatos que não dependem de prova..... 107
 - 1.2.4. Outros conceitos relevantes 109
 - 1.2.5. Ônus da prova 111
 - 1.2.6. Presunções 112
- 1.3. Ônus da prova à luz do direito processual constitucional 116
- 1.4. Flexibilização do ônus da prova e tutela do direito material 121

Capítulo 3

O ESTADO ATUAL DA DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS

DA PROVA NO PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO 127

- 3.1. Arcabouço normativo 128
 - 3.1.1. Conflito eventual entre o Código Tributário Nacional, a Lei de Execuções Fiscais e o Código de Processo Civil de 2015..... 130
- 3.2. Como a matéria é tratada nos tribunais 133
 - 3.2.1. Julgados do STJ..... 135
 - 3.2.2. Alguns casos práticos emblemáticos no direito tributário ... 142
 - 3.2.2.1. O caso da taxa de localização e fiscalização e o efetivo exercício do poder de polícia 143
 - 3.2.2.2. O caso da imunidade da renda auferida com o aluguel de imóvel por entidade assistencial..... 146
 - 3.2.2.3. O caso da sucessão tributária na aquisição de estabelecimento prevista no artigo 133 do CTN..... 148

3.2.2.4. O caso do ônus da prova da notificação do IPTU para fins de inscrição em dívida ativa e contagem do prazo de prescrição	151
--	-----

Capítulo 4

ANÁLISE CRÍTICA DA DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA E DAS CARACTERÍSTICAS ATRIBUÍDAS À CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NO PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

JUDICIAL TRIBUTÁRIO	155
----------------------------------	------------

4.1. O enquadramento dos efeitos presuntivos e de prova pré-constituída da certidão de dívida ativa.....	155
4.1.1. A presunção tributária	156
4.1.2. O tratamento dado pelo ordenamento jurídico brasileiro aos títulos executivos.....	160
4.1.3. A presunção de legitimidade ou de veracidade dos atos administrativos.....	163
4.1.4. O tratamento processual adequado	167
4.2. A releitura do artigo 204 do Código Tributário Nacional e do artigo 3º da Lei de Execuções Fiscais adequada ao contexto.....	172
4.2.1. A importância do artigo 373 do Código de Processo Civil de 2015 para restaurar o equilíbrio da relação entre Fisco e contribuintes.....	179
4.2.2. O caso da responsabilização dos dirigentes nos termos do artigo 135 do Código Tributário Nacional.....	180
4.2.3. A certidão de dívida ativa oriunda de lançamento por homologação	186

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	195
--------------------------	------------